

MÓBILE

#10

Revista do CAU/SP

Setembro • Outubro 2017

ISSN 2448-3885

A PAISAGEM DA CIDADE

O protagonismo dos arquitetos na
melhoria da qualidade urbana

Em Debate
A terceirização ou não
das áreas verdes de SP

Ponto de Vista
Arquitetura e arte,
por Ricardo Ohtake

Entrevista
Siegbert Zanettini,
muito além do uso do aço



Pensar, semear e TRANSFORMAR

A Arquitetura paisagística começou a nascer quando a humanidade descobriu a agricultura, confundiu-se com outras atividades, ganhou feições próprias e hoje se sobressai como instrumento fundamental à transformação das cidades

POR SILVIA KOCHEN

Acervo CAU/SP

Parque do Ibirapuera, em São Paulo



Região do Jardins, em São Paulo

Dê um zoom na cidade de São Paulo por meio de um aplicativo como o *Google Maps*. Você perceberá que bairros nobres, como o Jardins, são parcialmente verticalizados, mas também ricos em áreas verdes. Já nas periferias, o cinza do concreto predomina; parques, praças e jardins públicos são escassos nessas áreas tantas vezes negligenciadas pelos gestores municipais.

Cenários semelhantes podem ser percebidos em inúmeras outras metrópoles, tais como Mumbai, na Índia, ou Baku, no Azerbaijão. Todas elas polos econômicos importantes, porém incapazes de ofertar uma boa qualidade de vida aos seus habitantes.

Em 2013, um grupo de pesquisadores do Centro Europeu para o Desenvolvimento e Saúde Humana da Universidade de Exeter, no Reino Unido, divulgou as conclusões de um estudo que mostra como as áreas

verdes podem gerar um efeito positivo duradouro sobre a saúde das pessoas. O trabalho, que foi publicado pela revista britânica *Environmental Science and Technology*, mostrou menores incidências de doenças cardiovasculares e respiratórias, bem como de transtornos de comportamento, ansiedade e estresse, entre os moradores de áreas urbanas arborizadas.

Tais dados, cientificamente comprovados, revelam algo muito importante: o jardim, o parque, a ciclovia ladeada de verde são mais do que recursos de embelezamento, pois estão intimamente ligados ao bem-estar e à saúde da população.

Logo, o gestor público que efetivamente quiser deixar uma cidade melhor e mais bonita não poderá prescindir do paisagismo.

ENTENDENDO O PAISAGISMO

“O paisagismo é a arte e a ciência de promover o projeto, o planejamento, a gestão e a preservação dos espaços livres urbanos e rurais, nas micro e macro paisagens, objetivando o atendimento das questões funcionais, ambientais, políticas, estéticas e culturais.” A definição é de Raul Pereira, arquiteto paisagista e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP).



Mumbai, na Índia

Ele explica que o paisagismo está intimamente relacionado ao urbanismo e à infraestrutura, e não pode prescindir das questões sociais, culturais, econômicas e ambientais.

“Observo uma ampliação significativa de projetos que procuram uma redução dos impactos no ambiente, estabelecendo relações de intercâmbio de energia a partir dos recursos disponíveis nos ecossistemas locais, valorizando a biodiversidade e os fluxos naturais. Essa concepção traz também como consequência uma nova concepção estética, uma linguagem mais livre, menos formalista e menos amarrada a modelos pre-estabelecidos.”

Luciana Schenk, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP-São Carlos), defende que o ideal não é falar em paisagismo, mas em “Arquitetura da Paisagem”. E explica: “Esse termo nos difere, com maior precisão, dos demais profissionais que tratam da paisagem, tais

como geógrafos, biólogos, ecólogos, engenheiros agrônomos, ambientais e florestais”.

Raul Pereira faz questão de salientar que a Arquitetura paisagística difere do “jardinismo”, que é a atividade de projetar jardins. “Além das áreas vegetadas, o arquiteto paisagista lida com outros elementos construtivos, tais como as áreas de convívio, lazer, circulação etc.”, afirma. “Estamos falando, portanto, da necessidade de lidar com cálculos estruturais, luminotécnica, hidráulica, conforto térmico e acústico, filosofia, história da arte, teoria da Arquitetura, antropologia, dentre outras disciplinas.”

UMA LONGA HISTÓRIA

Subjugar a natureza, ocupar espaços, acumular bens, gerar e consumir riquezas – e, simultaneamente, criar, desenvolver e enaltecer o belo. Esses anseios, tantas vezes divergentes entre si, marcam a trajetória da humanidade. “Praticamente todas as primeiras sociedades humanas estruturaram-se a partir das atividades agrícolas”, comenta o arquiteto paisagista

Fábio Mariz Gonçalves, professor da FAU-USP e ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. “Nas sociedades antigas, havia o entendimento de que o domínio dos processos de reprodução, cultura, seleção e hibridização de espécies vegetais eram os mais importantes avanços tecnológicos. Deste modo, tanto as espécies que permitiam alimentar as populações, as utilizadas para a produção de madeira, quanto as ornamentais, medicinais, cosméticas e aromáticas eram campo de investigação. Os jardins podiam oferecer experiências sensíveis e estéticas sem deixarem de ser lugares de pesquisa tecnológica, como os campos plantados”, ele relata.

Tais condições não mudaram significativamente até que as sociedades deixassem de ter sua base econômica na agricultura. Com a revolução industrial, as cidades cresceram tremendamente. A partir desse momento, os espaços livres urbanos passaram a assumir outras funções e desafios.

Atravessando os tempos e chegando aos dias de hoje, as intervenções humanas na natureza geraram toda sorte de impactos. Nas últimas décadas, mais do que nunca, tem se imposto a necessidade de conciliar sustentavelmente esses aparentes paradoxos.

“Na cidade de São Paulo, nossas áreas verdes foram destruídas”, observa Raul Pereira. “Os rios, córregos, nascentes e banha-dos ficaram poluídos, aterrados e ocultados, dentro de um modelo rodoviarista e funcionalista. Para reverter em parte essa condição, poderíamos começar pela despoluição dos corpos d’água e por uma radical operação de quebradeira

e regularização de nosso maior e mais longo espaço público que recobre e articula toda a cidade, que são as calçadas. Hoje, precisamos ser verdadeiros alpinistas para conseguir caminhar pelas calçadas acidentadas e cheias de obstáculos. Mas esses espaços poderiam se transformar em lugares de encontro e fruição e não somente em meras passagens de circulação”, ressalta o arquiteto.

André Graziano, arquiteto e urbanista formado pela FAU-USP, com mestrado em Paisagem e Ambiente pela mesma faculdade, e doutorado pela Unicamp, em Paisagem Educativa, ensina que são muitas as teorias sobre o surgimento do paisagismo. “A que mais me toca, porém, está relacionada à observação das paisagens por viajantes, que passaram a representar o território como protagonista e não somente como fundos em suas representações pictóricas”, comenta. “São marcantes, neste sentido, as contribuições dos movimentos de Grand Tour nos séculos 18 e 19, em que jovens ricos das sociedades europeias ‘completavam’ sua formação viajando até as bases da cultura ocidental, então representadas por Itália e Grécia.”

Ele acrescenta que “esses movimentos acabaram por influenciar a sociedade de tal forma que engendraram a ‘adequação’ da paisagem nas nações de origem dos viajantes, buscando representar em suas próprias terras as imagens e paisagens percebidas em suas viagens”.

Mariz explica que, quando as cidades urbanizaram extensas porções do território de forma contínua, os espaços livres as-



Acervo CAU/SP

Canteiro e ciclovía na Av. Prof. Fonseca Rodrigues, próxima ao Parque Villa Lobos, em São Paulo

sumiram papéis ambientais que não podem ser entendidos sem a compreensão das condicionantes e demandas urbanísticas. “O fato é que as ruas, as praças e os parques, e até mesmo os espaços livres privados, têm que ser entendidos e projetados como partes da cidade.”

PAISAGISMO VERDE-AMARELO

No Brasil, ainda não existe graduação específica em arquitetura paisagística. Segundo Ciça Gorski, arquiteta paisagista e ex-presidente da ABAP, “a prática profissional do arquiteto paisagista foi se tornando mais abran-

As ruas, as praças e os parques, e até mesmo os espaços livres privados, têm que ser entendidos e projetados como partes da cidade

gente a partir da década de 1970, quando passou a abarcar projetos para proteção e recuperação de áreas naturais, a requalificação de espaços livres em áreas urbanas, extensas áreas de condomínios horizontais, condomínios verticais residenciais e comerciais, além do cardápio mais frequente de pequenos pátios e quintais residenciais”.

Na visão do arquiteto paisagista Benedito Abud, os cursos de graduação em Arquitetura negligenciam a abrangência do paisagismo na medida em que não estabelecem, de forma clara, sua íntima vinculação à Arquitetura e Urbanismo. “Comparada a essas especialidades, a Arquitetura paisagística muitas vezes é entendida como uma atividade complementar, menor e associada exclusivamente à utilização da vegetação, quando deveria ser pensada desde o processo inicial de sua implantação e do posicionamento da edificação no terreno”, ele pondera. “Uma construção não existe solta no ar

mas está pousada sobre uma superfície, que, juntamente com todo o espaço externo, forma um corpo único”, esclarece.

Como exemplo, ele cita um projeto de arborização viária: “Como é possível pensar no simples ato de plantar uma árvore sem considerar a largura da calçada, o fluxo de veículos, as interferências da rede elétrica, de telefonia, drenagem de águas pluviais, compactação do solo, ciclovias e sinalização viária?”, questiona. “Aqui, paisagismo, urbanismo e infraestrutura estão misturados e não podem ser pensados separadamente. Mas, infelizmente, a maioria das universidades e dos órgãos públicos não trabalha de forma interdisciplinar, ocasionando um ônus social e econômico considerável”.

Abud também lamenta que, em muitas faculdades, a disciplina seja ministrada durante um único semestre. Mariz, por sua vez, defende que as graduações deixem de ser meramente teóricas e privilegiem uma vivência arquitetônica e urbanística. “Temos que fazer nossos estudantes pensarem criticamente, e essa consciência vem com o contato, com a experimentação. Não se forma um cirurgião mostrando a ele somente livros e vídeos”, arremata.

Historicamente, o paisagismo brasileiro resulta de duas correntes muito fortes, que Abud denomina “os dois Robertos”. De um lado, Roberto Burle Marx. Muito ligado às artes, foi o grande revelador de nossas riquezas botânicas, utilizando-se delas para estabelecer o referencial dos projetos paisagísticos no Brasil”. De outro, situa-se Roberto Coelho Cardozo,

A missão social do paisagista compreende, sem sombra de dúvida, um aspecto pedagógico. Cumprir o fazer compreender e amar o que a natureza representa, com a ajuda de seus jardins e de seus parques. No Brasil, onde reina o desamor característico pelo que é plantado, a experiência ensinou-me a sempre insistir sobre a transformação das mentalidades. Podemos contribuir para isso, agindo.

(Roberto Burle Marx)

que trouxe para o nosso país o repertório do paisagismo modernista californiano e introduziu a disciplina de projeto paisagístico no currículo da FAU-USP, nas décadas de 1950-1960.

Além dos “dois Robertos”, os arquitetos paisagistas brasileiros mais influentes e pioneiros no exercício da profissão foram, no Rio de Janeiro, Fernando Magalhães Chacel e José Tabacow, discípulos de Burle Marx, e, em São Paulo, Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli, discípulas de Coelho Cardozo.

CIDADES MAIS DEMOCRÁTICAS

Terá o arquiteto paisagista um papel importante na concepção de cidades mais verdes, salubres e democráticas?

A resposta é sim.

Cada vez mais, a qualidade dos espaços públicos ocupa as

agendas políticas e da imprensa. Transporte, mobilidade, acessibilidade, segurança de pedestres e ciclistas, segurança pública, drenagem, ilhas de calor, turismo e tantos outros temas estão diretamente relacionados à qualidade dos espaços públicos urbanos.

“Há muito o que caminhar neste sentido”, confirma Ciça Gorski. “É fundamental publicar e divulgar projetos de qualidade, no sentido de elucidar a importância da requalificação democrática dos espaços urbanos e da recuperação e proteção do nosso patrimônio ambiental, visando à humanização de nossas cidades”, esclarece. “O paisagismo e o desenho urbano têm potencial de promover cidades mais equilibradas, mas esta atuação depende de projetos mais amplos, como os planos diretores, e de decisões político-econômicas que efetivamente atuem no desenho das nossas cidades.”

Na prática, os orçamentos reservados às Secretarias do Verde, Meio Ambiente e de Planejamento são geralmente irrisórios. Além disso, políticas de curto prazo tendem a prejudicar uma visão orgânica da cidade, que incluiria sua ressignificação paisagística.

dem a prejudicar uma visão orgânica da cidade, que incluiria sua ressignificação paisagística.

“Há uma grande demanda da população, particularmente das periferias, por áreas de lazer, além de um aumento da percepção da importância das áreas verdes, e um imenso mercado de trabalho potencial para os arquitetos paisagistas”, observa Paulo Pellegrino, Professor de Paisagismo da FAU-USP.

Benedito Abud acrescenta: “Nas periferias, o uso social justifica a superocupação do solo, resultando em terrenos impermeáveis e sem áreas livres. Nesses lugares, uma calçada de cinco metros deveria ser exigida por lei, como forma de garantir um mínimo de dignidade, de espaço de convívio para as pessoas”. Ele prossegue: “Nesses pontos, são importantes as acupunturas urbanas. Assim como, no corpo humano, você põe a agulha num ponto para aliviar outro, a intervenção benfeita no corpo urbano, por meio de *parklets*, por exemplo, pode contribuir para restaurar seu equilíbrio.”

Dentro dessa visão de uma cidade mais saudável, os parques lineares



Bruna Moreschi

Entrada do Clube Náutico, em Araraquara

assumem importância fundamental, explica Pellegrino.

“Parques lineares, ou *greenways*, são intervenções urbanísticas construídas ao longo de cursos d’água”, ele esclarece. Em geral, esses parques são maiores em comprimento do que em largura, pois acompanham o trajeto de rios e córregos e estão associados à rede hídrica. “Os parques lineares contribuem para conectar áreas verdes, proteger e recuperar o ecossistema, abrigar práticas de lazer, esporte e cultura”, enumera. Além disso, podem estimular o uso de alternativas não motorizadas de mobilidade urbana. “O próprio termo *greenway* – ‘caminho verde’, em português –, diz respeito aos cinturões de vegetação associados ao tráfego não motorizado, indicando movimento de água, pessoas, animais, sementes etc.”, destaca o arquiteto.

Uma das principais contribuições dos parques lineares para as cidades, na visão de Pellegrino, seria a contenção de enchentes. “Os projetos de grandes obras em infraestrutura desenvolvidos para a cidade de São Paulo sempre se basearam no pressuposto de que se poderia alterar totalmente a relação da cidade com as águas”, lembra. Desse modo, os projetos de canalização acabaram por deixar todos os rios e córregos ao redor das principais vias. “Além de ocupadas, as margens de cheia se transformaram em áreas de solo impermeável – o que impede a absorção das águas e colabora para que elas invadam as ocupações urbanas ao redor”, diz ele.

Segundo Pellegrino, uma ação urgente “seria a implantação de biovaletas, dispositivos que, dife-



Acevo CAUSP

Praça na região central de São Paulo

rentemente das valetas comuns, permitem que a água seja tratada e filtrada enquanto é conduzida até os córregos. Outras soluções, como a recuperação de mata ciliar e a instalação de tetos e paredes verdes, também colaboram para a absorção da água da chuva. Na prática, essas medidas resultam em menos água sem destino na superfície”, esclarece.

PERSPECTIVAS

As cidades brasileiras estão, em sua imensa maioria, carentes de projetos que as reequilibrem em todos os sentidos. Se, por um lado, tal quadro é desolador, por outro ele descortina um número infinito de possibilidades. “É instigante ver tudo o que precisa ser planejado, projetado, realizado”, entusiasma-se Pellegrino.

Nesse sentido, os profissionais da área enxergam possibilidades positivas: “Há perspectivas muito estimulantes no debate internacio-

nal acerca de por que precisamos projetar com a paisagem”, comenta Luciana Schenk. “Questões de ordem ambiental, social, econômica e política se acumulam, articuladas em paisagens que têm, nos espaços livres públicos, a peça fundamental de promoção da vida cidadã. A economia de custos e a viabilização de infraestrutura verde são pautas cada vez mais relevantes”, arremata.

“Não tenho dúvida de que o campo do paisagismo vem ganhando importância e seguirá como uma das pautas mais importantes para as cidades no século XXI”, reforça Fábio Mariz. “Nosso papel será, cada vez mais, o de contribuir para que as cidades sejam efetivamente democráticas, permitindo o encontro e o convívio de toda a sociedade.” ■